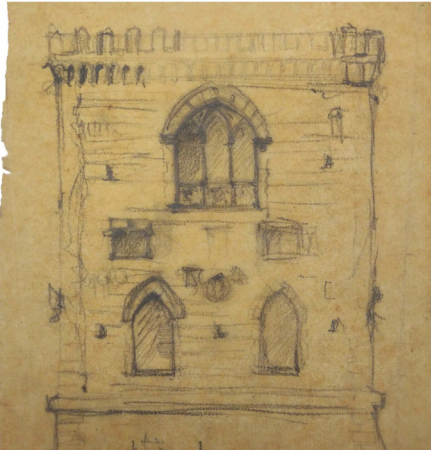


PRÁTICAS DA  
HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,  
AND USES OF THE PAST

N.º 9 - 2019



*Recensão a Salazar e os fascismos,*  
**de Fernando Rosas**

---

Goffredo Adinolfi

*Práticas da História*, n.º 9 (2019): 269-274

[www.praticasdahistoria.pt](http://www.praticasdahistoria.pt)

**Fernando Rosas**

***Salazar e os fascismos***

**Lisboa: Tinta-da-China, 2019, 305 pp.**

Goffredo Adinolfi\*

Fernando Rosas é seguramente um dos historiadores que se dedicaram com mais atenção ao estudo do Estado Novo e, de um modo mais geral, ao fenómeno dos fascismos na primeira metade do século XX. É da sua autoria o sétimo volume da coleção *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, “O Estado Novo”, de 1998. Mas Rosas é também dinamizador de numerosas obras colectivas, entre as quais, em coordenação com J. M. Brandão de Brito, se destaca o *Dicionário de História do Estado Novo*, em dois volumes, editado em 1996.

Volta ao tema do fascismo num texto recente editado pela Tinta-da-China em 2019, *Salazar e os fascismos*, de 305 páginas. O argumento, complexo e escorregadio, não é certamente novo e, sobretudo, como sublinha o autor na introdução, coloca-se: “a questão da vastidão quantitativa e da diversidade qualitativa do verdadeiro oceano de bibliografia e outras variantes de fontes secundárias sobre o fascismo”. Aqui encontramos-nos perante uma das questões historiográficas cruciais mas, provavelmente, irresolúvel e, por essa razão, fonte de infinitas controvérsias: a da catalogação do fenómeno dos fascismos ou do fascismo, consoante as escolas de pensamento, e a relação com o caso português do Estado Novo. Como pano de fundo, provavelmente de onde nasce a dificuldade de colocar um ponto final, a questão do “uso

\* Goffredo Adinolfi (Goffredo.Adinolfi@iscte-iul.pt). CIES-IUL, ISCTE, Edifício ISCTE, Avenida das Forças Armadas — 1649-026 Lisboa, Portugal.

público da história”, um aspecto que aparece desde as primeiras linhas do texto.

*Salazar e os Fascismos* é, deste modo, um percurso dentro do fascismo e à volta do fascismo, através de cinco capítulos que afrontam os diferentes aspectos da questão. Começa-se pelo aspecto teórico, no capítulo I, para passar depois à contextualização histórica que produziu o fascismo, no capítulo II, e à questão da institucionalização do fascismo no caso específico do Estado Novo, no capítulo III, algumas conclusões relativas ao salazarismo, no capítulo IV, e os desafios do presente, no capítulo V.

Referíamos o longo percurso de Rosas na história dos fascismos, mas este não é um livro como os outros porque, como sublinha o autor, “há livros que demoram muito tempo a escrever”. Parece-nos este o ponto de partida essencial. Passaram mais de 30 anos desde a publicação de um dos primeiros trabalhos, *O Estado Novo nos anos trinta* (Editorial Estampa, 1986), e, evidentemente, não deve ser fácil fazer uma síntese que se propõe ser, de algum modo, tanto vertical – vista como um sumário de uma inteira carreira –, como horizontal – pensando no estado da arte e, subjacente a isto, a ideia do fascismo prevalente hoje.

Embora seja uma questão mais de teoria política e por alguns elementos, como os de Juan Linz, influenciada pela ciência política, é impossível iniciar um texto sobre o fascismo sem delinear, ainda que de forma sucinta, os seus traços essenciais. São sete, segundo o autor, os seus pontos característicos. Primeiro: o fascismo deve ser entendido como um fenómeno e uma categoria histórica e como tal deve ser analisado. Neste sentido, Fernando Rosas, historiador, marca uma profunda distância a uma aproximação de tipo politológico voltada para a construção de esquemas teóricos ou tipológicos de análise. Inevitavelmente, explica Rosas, para compreender deve-se partir da descrição do contexto no qual o fascismo dá os primeiros passos e no qual é produzido. É este um dos pontos essenciais do texto, a ideia de que a ideologia não é uma mera abstracção, mas a resposta mais ou menos concreta a perguntas feitas pela sociedade. A partir das primeiras páginas o fenómeno fascista é associado ao do populismo ou de um fascismo que utiliza

estratégias populistas para se conectar com uma “pequena burguesia assustada com o risco de despromoção social” (Rosas, p. 33) e “da humilhação da vitória incompleta”. Um populismo que lhe dá “bases de massas, força social e política para eliminar as forças à sua concretização” até se transformar em regime autoritário. Passamos agora um olhar mais sintético pelos outros seis pontos. Segundo: o fascismo deve ser entendido como resposta da estrutura económica aos desafios dos primeiros anos vinte. Terceiro: o fascismo nunca conquistou o poder sozinho, por via eleitoral ou não, mas sempre em aliança com as forças conservadoras. Quarto: embora diferenciados entre si pelas específicas tradições nacionais, os regimes de tipo fascista configuram uma expressão unificada como “fenómeno político, económico, social e ideológico”. Quinto: o fascismo não deve ser interpretado e analisado como um fenómeno estático, mas dinâmico, capaz de se adaptar aos novos impulsos externos ou internos. Sexto: o totalitarismo como dimensão ideológica essencial para compreender os regimes fascistas e, sétimo, o colonialismo nos séculos XIX e XX como campo de prática da violência que desemboca, num segundo momento, na violência ilimitada do fascismo.

No segundo capítulo, o autor detém-se sobre aquelas que foram as condições históricas nas quais o fenómeno fascista se afirmou e, portanto, sobre a possibilidade que está na base deste pressuposto, estabelecer uma matriz única de todos os fenómenos autoritários da primeira metade do século XX, ou seja, a de tipo fascista. São quatro os elementos caracterizadores do quadro histórico/social. Primeiro: os efeitos da crise e da I Guerra Mundial sobre os países da periferia europeia e, portanto, da fragilidade dos sistemas liberais. Segundo: a derrota do movimento operário, ou seja, a ideia de que o fascismo tenha podido afirmar-se não durante o apogeu da ofensiva vermelha, mas sim aproveitando um vazio subsequente à sua derrota. Terceiro: a rendição do liberalismo ou, para sermos mais correctos, a rendição de sectores que, apesar de próximos ao liberalismo, o consideram incapaz de fazer frente às pressões revolucionárias, por um lado, e ao descontentamento das classes médias, por outro, um fenómeno que caracteriza todos os países, mas que em Portugal ganha uma maior relevância. Quarto: a

unificação debaixo do mesmo chapéu de todas as famílias da direita, uma aliança ou compromisso entre o radicalismo populista que resultará depois no domínio do fascismo conservador.

No terceiro capítulo entra-se nas especificidades do “fascismo enquanto regime” com o caso do Estado Novo português. Uma premissa logo na primeira frase ajuda a compreender como cada regime fascista deve ser interpretado através das suas especificidades, isto porque cada um é o resultado “de diferentes tipos de encontros ou de alianças entre sectores significativos das direitas políticas”. No entanto, para além da diferente composição das forças em cada um dos regimes ditatoriais, é possível delinear nove dimensões comuns a cada um deles. Primeiro: o mito palingénético, a ideia do renascimento da pátria e do resgate depois de amplos períodos de decadência. Segundo: o nacionalismo organicista, a reconstrução da relação entre cidadão e poder, já não baseada no indivíduo e na atribuição de direitos que protejam a sua esfera, como teorizado no liberalismo, mas na comunidade do povo, unidade harmónica e hierarquicamente organizada. Terceiro: o corporativismo agregador, consequência e concretização óbvia do nacionalismo orgânico. Quarto: um estado forte, ou seja, um estado que, contrariamente ao liberal, não fosse limitado. Quinto: a violência. Este último é um ponto importante porque, como sublinha o autor, em si a violência não está ausente nos regimes demoliberais, mas o que caracteriza os regimes fascistas assume um papel e uma importância que não são comparáveis, não apenas em termos de dimensão, mas, sobretudo, pelos fins a que se propõe, tanto através da violência preventiva com objectivos de padronização ideológica dos comportamentos, como punitiva e repressiva. Sexto: o totalitarismo, ou seja, a conquista por parte do estado forte de todo o espaço, infringindo e anulando, tendencialmente, a barreira que separa o público e o privado. Sétimo: a liderança carismática. Oitavo: o oximoro paradoxal do partido único, ou seja, da parte que deixa de ser parte para assumir o papel de vector monopolista da única ideologia admitida. Nono: o imperialismo, a ideia de que a força da nação renascida deva ser projectada para o exterior.

Depois de um excurso que do geral, o fenómeno fascista, levou ao específico, o regime salazarista, no quarto capítulo conclusivo tra-

çam-se as linhas para regressar ao tema que serve de título ao livro, “Salazar e os fascismos”, e o modo como o caso português, talvez um dos mais controversos casos para a historiografia, embora como uma “modalidade portuguesa do fascismo”, não pode ser excluído da família do fascismo genérico. Um percurso, o qual é abordado no capítulo 4, que vai da crise do estado liberal até à construção de uma aliança que faz do fascismo português uma tipologia de carácter mais conservador em relação aos seus congéneres, sem que isso, apesar das suas múltiplas diferenças, o transforme num fenómeno estranho. Entre as diferenças fundamentais não se pode deixar de mencionar a necessidade de sobreviver à II Guerra Mundial e à derrota dos fascismos, durando por um período significativamente mais longo do que os seus homólogos italiano ou alemão e, a segunda diferença que faz do Estado Novo um caso único, a alternância nos seus vértices, de Salazar a Marcelo Caetano.

Finalmente, encontra-se uma espécie de posfácio, um último capítulo que parece quase como um primeiro capítulo de qualquer outra coisa. Isto porque nos vemos projectados no tempo presente, historicizado, e no qual são traçadas algumas linhas comparativas com o passado. É o contexto, uma vez mais, o ponto central a partir do qual se deve desenvolver a análise, porque, recorda o autor, é este que produz os fenómenos históricos. Em particular, são dois os momentos que marcam o desenvolvimento do momento presente: num primeiro nível, as relações de força e estruturas produtivas, e, num segundo, a crise económica de 2008 que, como um terramoto, alterou os equilíbrios precedentes. Como fundo, claramente, a queda do muro de Berlim em 1989 e o colapso da União Soviética em 1991.

Encontram-se paralelismos com as dinâmicas que haviam caracterizado as duas primeiras décadas do século XX, como é paralelo o ressurgimento de movimentos de extrema-direita – nacionalistas e xenófobos – que, neste momento, não levaram ao colapso de um cada vez mais deslegitimado e claudicante sistema liberal-democrático.

Boa parte do texto parece procurar responder à pergunta: que uso público dar à história dos fascismos? Não é uma casualidade que o livro se conclua no tempo presente. Afinal de contas, como sublinhava

há um século o filósofo italiano Benedetto Croce “a história é sempre contemporânea”, usa-se o passado para tentar compreender, resolver e interpretar problemas do presente. Assim, as duas dimensões, início do século XX e início do século XXI, sobrepõem-se: legitimidade do sistema liberal ou liberal-democrático, viragem autoritária, um nacionalismo exacerbado que supere as limitações da crise económica. É este, de facto, um aspecto iniludível do período contemporâneo: estamos então face a um novo fascismo? A justificar esta tese encontram-se dois aspectos sublinhados pelo autor: a concentração radical dos *media* e, portanto, da capacidade de produção ideológica e o ataque, cada vez mais frontal, ao sistema liberal, assim como se está a produzir, por exemplo, na Polónia e na Hungria. Poucas páginas de conclusão que abrem numerosas questões, uma acima de todas: a relação entre populismo e fascismo. Questão essa dividida em dois planos: o primeiro: o fascismo era um populismo?; o segundo, decorrente do anterior: o populismo é um fascismo? É um tema em aberto, de certa forma novo, em que a evolução parece ainda incerta. De qualquer forma, parece ser complementar à resposta que Federico Finchelstein dá a esta questão em *From fascism to populism in History* (University of California Press, 2017), que o populismo seja uma consequência da derrota, e, por conseguinte, do estigma associado ao fascismo, uma segunda via que se torna obrigatória não sendo já a primeira possível de percorrer.

**Referência para citação:**

Adinolfi, Goffredo. “Recensão a *Salazar e os fascismos* de Fernando Rosas” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 9 (2019); 269-274.